

Ensaio FEE, Porto Alegre, 7(2):41-50, 1986

ESTADO NACIONAL, ESTADO REGIONAL: AS LIGAÇÕES PERIGOSAS*

*Enéas Costa de Souza***

O propósito do nosso trabalho é discutir a relação entre a economia brasileira, o Estado nacional, a economia gaúcha e o Estado regional, definindo, porém, como centro da discussão, a conexão política entre os dois Estados. Na verdade, o que nos interessa é o campo da Política Econômica a nível geral, sem descermos a detalhes de planejamento, programas e projetos. Privilegiamos, portanto, o **nível estratégico**.

Na análise, partimos da constatação do atual estágio das atividades produtivas, considerando, sem maiores exames, a retomada do desenvolvimento através da recuperação da capacidade ociosa. E levamos em conta que a meta da Política Econômica e das forças sociais que a apóiam é a de alcançar uma transformação de ordem estrutural na economia: há um objetivo obstinado de atingir um novo padrão de acumulação. É dentro desse quadro que pretendemos analisar a rede de relações que nos propomos a tratar, fixando-nos, porém, prioritariamente no tratamento do nexo entre Estado nacional e Estado regional. E a razão é bem simples: estamos numa fase onde a decisão de política econômica se torna a chave para a compreensão da reorganização da economia brasileira. E, igualmente, da economia gaúcha. O que queremos neste texto é circunscrever, em termos de espaço, a zona de interação do engenho político-econômico entre o Estado nacional e o Estado regional. Ficam de fora das nossas preocupações explícitas neste artigo os reflexos dessa situação no quadro partidário específico, embora sejam evidentes as repercussões da problemática sobre ele.

*Texto reformulado de uma apresentação sobre economia gaúcha, por ocasião da inauguração do Centro Cultural da UFRGS, em agosto de 1986.

** Economista da FEE e Professor da UNISINOS.

1 — O estado brasileiro, a política profunda das classes e o Plano de Metas

O Estado nacional atravessa hoje uma transição importante, já que ele está construindo a sua nova armadura institucional, seguindo como uma trilha paralela tanto o desdobramento das estruturas produtivas como o desenvolvimento dos atritos e refregas entre os grupos sociais. Neste momento privilegiado, o Estado volta-se sobre o seu corpo para despojar-se daquilo que está velho e ultrapassado e que é possível ser descartado para uma transformação. Todavia ele só pode efetuar parte dessa desmontagem por causa da desorganização que ocorreu na configuração política que sustentava o poder. E, junto com essa dessarumação, planeja reformulações, monta, às vezes, em cima dessas partes velhas, novas estruturas institucionais. São exemplos dessas mudanças: o Ministério da Ciência e Tecnologia, a criação da Secretaria do Tesouro, o bloqueio da conta movimento do Banco do Brasil, etc.

Em termos de hierarquia das classes sociais, houve uma profunda alteração no bloco de poder que organizava a política econômica do País. Passaram a decidir grupos que vêm centrando sua estratégia na expansão do capital produtivo e que trabalharam primeiro para a recuperação imediata da produção corrente e, agora, labo-ram para proporcionar uma nova onda de investimentos. Naturalmente, foram os industriais que passaram a liderar o processo, acompanhados por uma fração dos bancos nativos (aquela que vê como único futuro viável e promissor o acompanhamento do crescimento da economia brasileira). Ambos os grupos subordinam o capital comercial, o capital agrário e os proprietários rurais. Essa constelação de poder ainda não está consolidada, embora tenha um nível de solidariedade razoável. E não está consolidada porque o Brasil ainda não conseguiu organizar e efetuar a série indispensável de investimentos que provocaria o novo salto qualitativo da estrutura produtiva. Essa ausência de inversão causa, em alguns capitais mais atrasados ou deslocados do processo de avanço do capital — tanto pela incerteza estrutural quanto pela disputa concorrencial —, uma nostalgia da era especulativa e inflacionária. E as respostas têm sido duas: retomada da especulação por qualquer caminho — ouro, dólar paralelo, bolsa, etc. — e/ou pressão para o descongelamento dos preços através de ágio, retirada dos produtos do mercado, etc. As frações que se consideram lesadas ou que duvidam da atual estratégia conseguem, ao pôr seus interesses particulares como principais, **instabilizar o bloco de poder das classes** que age em função do capital global. Nesse bloco, também resistindo, estão os proprietários rurais, cada vez mais inquietos, que respondem com fogo e palavras incandescentes diante da Reforma Agrária. Mesmo com esses problemas, os líderes desse bloco tratam de levar adiante o móvel profundo do capital — do grande capital nacional — que é a repactuação com o capital internacional e uma renovação das relações de dominação sobre os assalariados. E se, de um lado, há uma intenção clara, a partir do Plano de Metas, que nos dá um itinerário em linhas gerais do planejado, de outro, há todo um problema de financiamento que revela a dificuldade de efetuar a solidificação do grupo dominante, por impossibilidade de adiantar e apressar os investimentos.

Aprofundando, podemos fazer o desenho da instabilidade desse bloco de poder. Naturalmente, o centro dessa instabilidade está na permanente frustração da inversão. Todos os “pacotes”, de dezembro de 1985 para cá, tinham, direta ou indiretamente, como objetivo uma expansão muito forte do capital fixo e das plantas

produtivas. No entanto sempre a grande empresa se furtou a iniciar uma onda de investimentos. Para ela, não estão claros nem definidos o crescimento e a direção da economia no longo prazo. Além desse aspecto, outros estão presentes, como a postergação da reforma financeira; a indefinição da articulação do capital nacional com o capital internacional possuidor de tecnologia de ponta; o temor de recrudescimento das más condições do curto prazo (retomada da inflação, alta consistente de juros, etc.), inviabilizando o longo; a demora do investimento estatal por causa dos problemas das finanças públicas e das empresas do Estado.

Sobre a questão da reforma financeira, é preciso dizer que se trata de problema político com o capital bancário privado nacional recusando estruturar-se para financiar o longo prazo. O Plano Cruzado cortou a doida especulação, mas não foi suficientemente forte para incentivar o setor dos bancos a atravessar o curto prazo, a não ser que o Estado transfira capital a este setor ou o force, por concentração e negociação agressiva, a atuar no financiamento da formação bruta de capital.

Dessa forma, a transformação estrutural não está garantida e nem facilmente encaminhada. Por isso, frações de capitais mais fracos — capital comercial e capital agrário — rebelam-se e insistem no movimento especulativo, causando percalços no abastecimento, forçando o ágio, exigindo subsídios ou mesmo o recomeço da inflação. A esses capitais transviados aliam-se um ou outro capital industrial de porte, cujos preços foram congelados no “vale”, que se mostram, às vezes, desafortadamente inconformes com tal situação. Todo esse conjunto de problemas econômicos dá ao novo núcleo de poder a instabilidade citada, mesmo porque, a nível administrativo, são esses problemas que não permitiram ao bloco hegemônico atuar ainda com suficiente força para desalojar do Estado, ou, pelo menos, deslocar internamente, a burocracia que esteve presente durante o autoritarismo. Sem dúvida, alguma coisa foi feita, mas os órgãos do Estado permanecem regidos pelos burocratas da Velha República. A luta dentro desses órgãos ainda tem muito a oferecer como espetáculo transformista, e a administração só será modernizada quando do avanço do capital no processo de acumulação, sobretudo a partir da definição das regras do financiamento.

Assim, enquanto os desacertos entre os capitais se desenvolvem no plano de toda a sociedade, a resistência burocrática é interna ao Estado.

Já na relação capital—trabalho, o capital sabe de sua atual superioridade e busca uma estratégia para o rival. Vai conceder o mínimo, e o que pretende é a ajuda do adversário histórico para que, em nome da Nação, possa renegociar mais forte com o capital estrangeiro. A linha da relação será sinuosa, mas suficientemente desenhada para que isso aconteça. Constarão das concessões, a nível de política econômica, além daquelas políticas: a manutenção do desenvolvimento — o que significará para os assalariados aumento do volume de emprego —; o aumento real de renda — o que importará em aumento da produtividade do sistema, etc. Neste texto, estamos considerando apenas a estratégia do capital, sem discutirmos as questões táticas da sua relação com os assalariados, bem como não tratamos da estratégia destes. Na verdade, podemos pensar o movimento do capital como um saldo líquido de suas ações com as classes subalternas. Por isso, estamos examinando apenas ele.

Dentro de nossa análise, está na hora de destacar o Plano de Metas e seus desdobramentos, onde se pode constatar um esboço da materialização da estratégia — um itinerário a cumprir. E que pode ser fixado através de pontos que permitam um panorama da renovação estrutural do desenvolvimento que se pretende. Logo de saída, o Plano revela a herança recebida do Governo anterior, a necessidade de efetuar 1) uma reorganização na infra-estrutura do País, principalmente nas áreas de energia e transporte; esta será a base para 2) uma ampliação e modernização tecnológica de profundidade nos setores de bens de capital, insumos básicos (siderurgia, não ferrosos, química, petroquímica, fertilizantes), bens de salários (têxteis, vestuário, calçados e alimentos) e 3) a incorporação de tecnologia de ponta: biotecnologia, informática, microeletrônica, química fina, aeronáutica, novos materiais: metais e ligas metálicas, novos polímeros e materiais conjugados. Podemos perceber que o grande objetivo dessas medidas é o aumento da produtividade da economia como um todo, elevando o seu grau de competição. E para que acresça não só a lucratividade dos capitais, mas também a renda real dos assalariados, há uma mudança de ênfase no setor agrícola, ou seja, 4) prioridade para a agricultura de alimentação. Nesse objetivo estão incluídas a retomada e a recuperação dos investimentos no setor. Mas para que a economia funcione com maior grau de velocidade e com maior expansão é preciso 5) elevar o nível do comércio externo, para que, mesmo sem negociações exitosas na dívida externa, se possa aumentar o volume de importações e exportações, onde aparecerão significativamente aço e minérios.

Assim, o que resta na estratégia — mas resta tudo! — é tratar do problema do financiamento. É este problema que vai ser o ponto crucial do novo padrão de acumulação no Brasil. Embora a primeira idéia que surgiu no Governo seja de uma reformulação do sistema financeiro privado nacional, visando a uma participação decisiva do capital bancário no avanço da acumulação e da reprodução do capital no País, o que parece claro hoje — após a ausência de resposta aos estímulos do “pacote” — é que a **economia brasileira vai sair mesmo por uma maior integração capital nacional-internacional**. Nesse sentido, parece que, mais uma vez, a dimensão do financiamento externo é que vai permitir o avanço do capital, ou seja, o setor bancário nacional vai ser um sócio adjacente e menor tanto do capital industrial como do capital internacional.

2 — O desenvolvimento da economia gaúcha na linha do Plano de Metas

A economia gaúcha é uma economia precocemente subordinada e hoje tem um padrão nítido de articulação com a economia brasileira.¹ De um lado, partici-

¹ Ver Souza (1983 e 1984).

pa complementarmente de suas indústrias de bens de capital² e de bens intermediários e contribui para a reprodução da mão-de-obra com indústrias do departamento de bens de consumo não duráveis. De outro lado, devemos salientar que a indústria de máquinas e implementos agrícolas, bem como a de adubos e fertilizantes participam do comando nacional da dinâmica da agricultura capitalista — no Rio Grande do Sul quase tão importante como a indústria. Mas há um terceiro aspecto a pôr em relevo: o elevado comércio que a economia gaúcha faz com o resto do País e sua participação no comércio externo do Brasil.

Efetuando uma análise qualitativa da economia rio-grandense, sobressai, principalmente comparada com a paulista, a sua estrutura incompleta — uma composição estrutural com ausências setoriais definitivas —, constatando-se também a sua minoridade tecnológica. Esse rápido exame revela, portanto, uma indústria dinamicamente subordinada, pois os setores onde tem presença não lideram a expansão cíclica, nem participam dos núcleos tecnologicamente mais avançados do departamento de bens de capital. É importante que se veja a análise da economia gaúcha não em termos de taxas de crescimento, mas que se considerem essas sob o ângulo da composição e da qualidade estrutural dos setores, bem como a posição destes no interior da dinâmica do processo econômico.³ Com essa visão, não se poderia comparar sequer o desenvolvimento de um setor — por exemplo, de duráveis — de São Paulo com um do Rio Grande do Sul, quando o setor líder do primeiro é automóveis e o do segundo é mobiliário. . . , mesmo que as taxas fossem semelhantes.

Agora, colocado o nível de subordinação da economia gaúcha à nacional, o que importa destacar são as possibilidades expansivas do Rio Grande do Sul, dadas as perspectivas do Plano de Metas. A primeira possibilidade é a tentativa de reformulação de sua infra-estrutura, sobretudo na parte de energia elétrica. A economia está necessitada da restauração de suas possibilidades, adequando a estrutura energética à estrutura econômica. Porém, conjugada com essa providência infra-estrutural, é indispensável atingir, via renovação tecnológica, uma extensa mudança nas áreas de bens de capital e de bens de consumo não duráveis. É fundamental organizar um planejamento que ataque de frente a todos os setores, destacando os que exportam. É preciso oportunizar uma atuação, por exemplo, no setor calçadista, de tal modo que estejamos aparelhados para ganhar mais mercados internacionais e enfrentarmos a concorrência tecnológica. Enfim, o estímulo de toda essa indústria é para aumen-

² Ver Almeida & Lima (1986).

³ É importante notar que os trabalhos que versam sobre a economia rio-grandense, com exceção dos *25 Anos de Economia Gaúcha*, tratam apenas a estrutura de forma estática. Os autores interessam-se apenas pela composição setorial e esquecem de discutir a qualidade desta composição. E mais, nunca trabalham com o movimento da economia, seja na questão da hierarquia departamental, seja na compreensão dos móveis iniciais e dos encadeamentos dinâmicos no desenrolar cíclico. Com essa carência, perdem a oportunidade de constatar aspectos como a qualidade, a liderança, as relações intersetoriais e suas alterações no transcorrer do processo econômico.

tar a produtividade e alcançar um grau de competição elevada. Não há como avançar sem que se melhore o padrão da técnica nessas indústrias. E, em terceiro lugar, é necessário centrar nossas atenções nas chamadas indústrias de ponta, pretendendo trazer para o Rio Grande do Sul alguma fração da informática, da biotecnologia da química fina, etc. É indispensável, de um lado, avançar os setores que já dispõem de embriões por aqui — esta é uma frente com razoável perspectiva —, mas, de outro, buscar trazer para o nosso Estado indústrias avançadas, onde não se tem nada, desde que, evidentemente, haja condições técnicas de instalação, seja de capital, de recursos humanos ou de recursos técnicos. No entanto, nessa linha, nada pode ser feito sem uma ação política do Estado regional, quer a nível da Nação, quer numa ação internacional. Cabe aqui levantar o véu de outro mal-entendido. Em nome da crise da infra-estrutura, há uma tese pretendendo que devíamos nos dedicar a resolver os problemas de energia elétrica e das indústrias já localizadas no Rio Grande do Sul. O que ela não considera é que a economia é um conjunto de empresas e que na indústria gaúcha não podemos tentar o desenvolvimento linear e progressivo. Para nós, o avanço dá-se através da descontinuidade e na competição capitalista; quem fica nas tecnologias atrasadas está sempre à beira da desqualificação. Numa estrutura descontínua e complementar, devemos tanto absorver o que nos falta de tecnologia atual, como também o que nos permite ocupar o espaço das tecnologias novas.

Temos um quarto aspecto a ressaltar: é o reordenamento da agricultura. Nesse setor, no entanto, as vistas têm que ser mais amplas e mais longas, pois o Rio Grande do Sul tem uma agricultura de porte e das mais capitalizadas do País. Assim, cabe ao nosso Estado ter um plano para a agricultura nacional que envolva uma solução para o seu setor agrícola, sobretudo para o caso das cooperativas. É verdade que a agricultura tem que ser pensada no interior de um esquema que aglutine o Estado nacional, as organizações de crédito e as relações intersetoriais, envolvendo a acumulação de capital nos setores de bens de capital agrícola, de insumos modernos e da própria agricultura, bem como a necessidade de aumentar a produtividade, com o alvo de rebaixar o custo de reprodução da mão-de-obra e mesmo de incrementar a renda real dos trabalhadores.

Com isso, encadeamos o quinto aspecto: as providências para atender aos reclamos da questão social. São tantas as exigências de saúde, educação, habitação, saneamento básico etc., e são tão poucas as possibilidades de atendimento delas por parte do Governo Estadual! Só uma Reforma Tributária⁴ daria condições mínimas, desde que, ao menos, se transferissem despesas para a região, para intervir nos assuntos comunitários. De qualquer modo, há que gestar uma resposta às mazelas sociais,

A Reforma Tributária, afora ser a substância de uma estratégia de longo prazo do Governo Estadual, mesmo no curto prazo, conjugada com um Plano de Saneamento Financeiro, pode levar a uma ampliação da intervenção do Estado regional na economia da região. Naturalmente que a discussão da Reforma Tributária nos levaria a um terreno que sai fora do escopo destas observações.

quando mais não seja para conservar o Governo dentro de um padrão modesto, senão ínfimo, de legitimidade.

De qualquer maneira, não hesitamos em fazer um comentário sobre esta estratégia. O Rio Grande do Sul apresenta, por ser uma economia subordinada, uma descontinuidade que revela tanto a sua incompletude como os seus vazios produtivos. Aqui, como não se trata de uma economia nacional, não podemos pensar em efetuar um processo de “substituição de importações” (sic). Podemos, apesar disso, buscar a renovação e a modernização dos setores e, a despeito das lacunas na estrutura produtiva, incorporar também indústrias de tecnologias mais avançadas. Ou sejam a economia, ao contrário de cumprir um papel de complementariedade atrasada, passa para o de complementariedade mais de vanguarda. E, por fim, uma palavra sobre o fato de o nosso setor agrícola estar apoiado em unidades produtivas capitalistas. Esta situação permite que a integração indústria—agricultura a nível nacional possa ser, senão liderada no planejamento pela economia gaúcha, ao menos acompanhada por propostas alternativas do Rio Grande do Sul.

3 — A posição do Estado regional na estratégia da política econômica nacional

O Estado regional, diante de uma trajetória como essa, estrategicamente plausível, tem que se organizar para assumir a direção do processo político e econômico. Nesse momento, no entanto, vários problemas afetam este Estado regional. Em primeiro lugar, ele está desvinculado de uma base social concreta. Pois, num sentido, já terminou o domínio do “patriciado rural”, mas, noutra, ainda não começou a gestão do capital industrial. E o que resultou foi um Estado somente ligado ao Estado nacional pelas necessidades do aparelho coercitivo-legal, com alguma presença na área dos aparelhos sociais. Dessa forma, o resultado foi a consolidação de um Estado que paira no ar, flutua como uma pluma, cuja clientela é ele próprio, ou seja, a sua burocracia jurídica e uma fração da burocracia que está no interior do Estado regional por pequenos interesses industriais e agrários. Nesse processo, houve um esvaziamento e a quase dissolução de suas partes operativas, sobretudo porque um dos aspectos do esvaziamento vem da forma como os setores produtivos encaminham suas reivindicações.

Quando se indaga sobre o modo de atuação dos empresários gaúchos⁵, podemos constatar que, na área industrial, temos um afastamento crescente do capital — e mesmo que isso vale tanto para a indústria quanto para a agricultura — em relação ao Estado regional. **Porque hoje as medidas de política econômica são tratadas dire-**

⁵ Est. nosso texto se beneficiou do acesso às entrevistas de Denise Gros com industriais de Porto Alegre, do Vale do Rio dos Sinos e de Caxias do Sul, efetuadas no seu trabalho sobre as relações da burguesia industrial gaúcha com o Estado nacional. Como é óbvio, a responsabilidade da interpretação das ações e das intenções deste grupo social é exclusivamente nossa.

tamente com o Governo Central através das corporações de classe. Nesse sentido, esse denso movimento de aglutinação nacional furta uma colagem maior entre a política e a economia estadual. Com esse movimento de larga amplitude, no pós-64, o Estado nacional arrebatou qualquer manobra mais clássica de associação Estado regional—empresariado local, lançando os governos estaduais — e principalmente o Governo gaúcho — num isolamento auto-imolador. A reversão desse processo é inverossímil, mas podemos vislumbrar uma transformação renovadora dos governantes se, ao invés de ficarem sentados nas suas mesas palacianas, se agregarem com uma **liderança de antecipação** para a resolução dos problemas regionais. A força do poder estadual pode ser acrescida na medida em que a sua preocupação com problemas sociais e suas soluções possam dar um maior respaldo às reivindicações dos capitais e dos assalariados gaúchos.

De qualquer modo, o estilo de governo do Estado rio-grandense deve passar por uma reformulação nas suas relações com as classes sociais, sem considerarmos que a relação Estado nacional—Estado regional possa passar por uma alteração significativa. O tom dessa relação começará a ser dado pela necessidade do saneamento financeiro dos estados, o qual já começa a ser preparado pelo Governo Federal. Está implícita nessa afirmação uma saliente subordinação política das regiões à Nação. O importante será, primeiro, obter um bom raio de manobra de independência e de articulação. Sem dúvida, uma das bases deste raio de manobra será o grau de racionalidade que permitirá ao Governo Estadual programar o saneamento financeiro, discutir com o Governo Federal um plano concreto de governo (onde as mutações econômicas sejam decisivas, como as que apontamos aqui), conduzir e armar as ações de negociação com o Governo Federal nas questões econômicas e sociais que emergirão, etc. Para isso, faz-se necessário planejar, com a presidência, ministérios e órgãos públicos, uma estratégia para o relacionamento com o Governo Central em termos concretos de ação política, níveis de atuação, participação e representação do Governo Estadual no Governo Federal, etc. Dado o jogo de poder dentro do Estado, podemos descortinar a importância de uma atuação, sobretudo no campo da agricultura. Primeiro que, sendo um setor subordinado, a organização se faz a partir do Estado nacional, o qual define o seu destino via crédito estatal, envolvendo desde o setor de máquinas e implementos, o setor químico e de fertilizantes até a formação da garantia de preços de diversos produtos, quando não de todos. E estas múltiplas considerações têm que ser infladas pela observação de que o Rio Grande do Sul foi um verdadeiro desastre no período do autoritarismo, seja pesando-se o que ganhou e o que perdeu, seja nessa manobra de integração, presença e pressão no interior dos aparelhos de Estado.

Dessa maneira, o Estado regional está arriscado a ficar ainda mais plantado no vazio — reduzido ao jogo da pequena política —, se não tiver uma estratégia nacional para a sua atuação, se não tiver um plano com um projeto para o Rio Grande do Sul, se não se articular com as forças sociais que animam a arena política da região. Caso isso aconteça, continuaremos ao sabor das decisões nacionais, tomadas sem a nossa influência. Sem uma atuação do Estado regional no Estado nacional, ficaremos à margem tanto dos planos brasileiros como dos financiamentos cobiçados e in-

dispensáveis. Portanto, o planejamento da economia gaúcha passa por uma visão nacional num tal nível que implique uma participação política articulada com as classes sociais e suas reivindicações.

Precisamos salientar a necessidade de uma vigorosa transformação da concepção de governo estadual. Não pode o governador ficar sentado no Piratini à espera das forças comunitárias. Elas não passam, a não ser efemeramente, por este lugar, pois as questões relevantes são hoje todas nacionais. Em função desta realidade, **o governador deve alterar e deslocar sua inserção, movendo-se de um ponto vazio para um ponto dinâmico**, buscando a liderança política de um processo, ou seja, ele deve se articular para conduzir as forças políticas e sociais. Mas, para tal, deve compreender o jogo corporativo de empresários e assalariados. Com isso poderá combinar uma força extraordinária que poderá vir da dialética de sua participação, primeiro, no Estado nacional, como governador de um Estado regional, e, segundo, na sua relação com o dito Estado nacional¹ à frente das forças sociais da região.

4 – Conclusão

A análise das relações entre a economia brasileira – Estado nacional – e a economia gaúcha – Estado regional – levou-nos a um grave problema. Vivemos uma aposta que pode ser formulada da seguinte maneira: o que está em causa é uma nova qualificação ou uma outra desqualificação do Estado riograndense, após todos os anos castradores do autoritarismo brasileiro. Porque nos parece que a tendência de subordinação do Estado regional é situá-lo num plano de atuação do aparelho coercitivo-repressivo estatal, num nível de planejamento e execução do aparelho social do Estado, mas colocá-lo **quase totalmente à margem do aparelho econômico**, salvo na arrecadação dos tributos e naqueles órgãos e naquelas despesas em que o orçamento estadual preveja. Ao menos é esta a tendência subjacente à dinâmica do capital. Só a política pode contrarrestar tal sentido, basta ter e definir uma estratégia; não para impedir o movimento do capitalismo, mas para poder alterar um pouco a sua direção. Vale a pena tentar, para que o futuro não seja decidido, desde já, só pelos outros.⁶

⁶ Podemos notar uma diferença na tonalidade do texto quando se lê a discussão a nível nacional (item 1) e a nível regional (itens 2 e 3). Na verdade, a linha de discussão sobre o Estado brasileiro parte de um movimento ainda indeciso quanto ao resultado do avanço do capitalismo; daí o problema da instabilidade do bloco de poder das classes. Esta instabilidade atravessa toda a sociedade, logo, a economia e a política. Já na questão regional, estes aspectos dinâmicos são menos abordados, porque o nervo da questão é outro e praticamente só um: qual é a conexão que deve ter o Estado regional e o Estado nacional dentro das atuais relações de produção capitalistas no Brasil?

Bibliografia

- ALMEIDA, Pedro F. C. & LIMA, Rubens Soares de (1986). Notas sobre a estrutura da indústria de bens de capital no Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 7(1):83-103.
- SOUZA, Enéas de (1983). Da dinâmica do capital à subordinação da economia gaúcha. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 4(1):167-74.
- (1984). Economia gaúcha: objeto contraditório. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 4(2):165-78.